

# Sumário

<b>Prefácio de Daniel Scherer .....</b>	<b>1</b>
<b>Lista de abreviaturas ou siglas .....</b>	<b>7</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>9</b>
<b>1 As raízes do positivismo jurídico, sua relação com o direito o natural moderno e o abandono do direito natural clássico .....</b>	<b>19</b>
<b>2 Fundamentos antropológico-metafísicos da teoria tomista da lei natural .....</b>	<b>43</b>
2.1 Justificativas metodológicas .....	43
2.2 A metafísica à luz do realismo aristotélico-tomista.....	47
2.2.1 O objeto da metafísica segundo Aristóteles e Tomás de Aquino.....	47
2.2.2 As respostas de W. Norris Clarke, baseadas na doutrina tomista, às objeções feitas por David Hume e Immanuel Kant à legitimidade da metafísica .....	50
2.2.3 O primeiro princípio acerca do ente, o princípio de não- contradição, e os demais princípios da metafísica .....	53
2.2.4 A indemonstrabilidade do princípio de não-contradição e a sua defesa <i>ad hominem</i> , ou por via de refutação (“mostração refutatória”) .....	55
2.3 A relação entre a lei e os princípios intrínsecos dos atos humanos.....	57
2.4 As potências da alma.....	61
2.5 Considerações gerais sobre as diversas nuances que envolvem a noção de <i>bem</i> na filosofia tomasiana .....	69

2.6 A lei natural como participação da lei eterna na criatura racional...	74
2.6.1 Apontamentos sobre a doutrina tomista da participação.....	74
2.6.2 Os três modos de participação descritos por Tomás de Aquino no <i>Comentário ao De Hebdomadibus de Boécio</i> aplicados à relação participativa entre a lei eterna e as leis natural, divina e humana.....	77
2.6.3 Participação ativa e participação passiva: “iluminação divina participada” (Steven Long), “iluminação divina direta” (Martin Rhonheimer e John Finnis) e o conceito de teonomia participada referido na Encíclica <i>Veritatis Splendor</i> .....	87
2.6.4 A participação de Deus nas criaturas por meio das causas eficiente, final e exemplar .....	92
2.7 Pela lei, princípio extrínseco dos atos humanos, Deus <i>instrui</i> os homens a se moverem em direção ao bem perfeito e universal.....	99
2.7.1 A relação entre a lei natural e as potências da alma.....	99
2.7.2 Fim último ( <i>beatitudo</i> ), fins últimos e bem comum.....	104
2.8 Proposta de um conceito tomasiano de lei teleológico e metafísico .....	114
<b>3 Fundamentos epistemológicos da teoria tomista da lei natural .....</b>	<b>117</b>
3.1 Lei natural, razão especulativa e razão prática.....	117
3.2 A analogia entre razão especulativa e razão prática na obra de Tomás de Aquino: uma exposição dos textos tomasianos .....	121
3.3 Exegese tomista neoclássica: a lei natural fundamentada epistemologicamente apenas na razão prática (a interpretação de German Grisez e de John Finnis) .....	127

3.3.1 A autoevidência e a indemonstrabilidade dos primeiros princípios da lei natural como argumento em favor da independência da razão prática perante a razão especulativa .....	127
3.3.2 John Finnis e a prioridade epistemológica da ética sobre a metafísica.....	132
3.4 Exegese tomista clássica: a lei natural fundamentada epistemologicamente na razão especulativa e na razão prática...	138
3.4.1 As críticas de Steven Long a Finnis e Grisez: o intelecto prático ordena à ação a verdade conhecida .....	138
3.4.2 A dependência epistemológica e não-silogística ( <i>nonsyllogistic epistemological dependence</i> ) dos primeiros princípios da lei natural diante da metafísica, e os níveis de conhecimento especulativo e prático, segundo Steven Jensen .....	142
<b>4 Os preceitos da lei natural e suas propriedades.....</b>	<b>153</b>
4.1 O papel dos preceitos da lei natural no jusnaturalismo tomista.....	153
4.2 Os critérios de classificação dos preceitos da lei natural utilizados por Tomás de Aquino no <i>Comentário às Sentenças de Pedro Lombardo e no Tratado da Lei</i> .....	154
4.2.1 Os critérios utilizados no <i>Comentário às Sentenças</i> : a hierarquia dos fins dos atos humanos e o seu paralelismo com a ordem especulativa .....	154
4.2.2 O critério utilizado no <i>Tratado da Lei</i> : o grau de dificuldade para conhecer os preceitos da lei natural (critério gnoseológico) .....	158
4.3 Primeiro princípio da lei natural: imperativo moral ou prescrição da racionalidade prática? .....	164

4.3.1 Panorama da discussão entre tomistas clássicos e neoclássicos em torno da exegese do primeiro princípio da lei natural.....	164
4.3.2 O texto cerne da controvérsia: <i>ST</i> I-II, q. 94, a. 2.....	166
4.3.3 Exegese tomista neoclássica: o primeiro princípio da lei natural como mera diretiva para a ação ou uma prescrição da racionalidade prática ( <i>status</i> “pré-moral”)....	167
4.3.4 Exegese tomista clássica: o primeiro princípio da lei natural como um imperativo moral.....	170
4.4 Preceitos primários e suas propriedades .....	177
4.4.1 Autoevidência, indemonstrabilidade e a possibilidade de sua defesa dos ataques céticos por via de refutação (“mostração refutatória”).....	177
4.4.2 Dificuldades em se considerar a inclinação natural para conhecer a verdade a respeito de Deus e o amor a Deus preceitos primários da lei natural .....	185
4.4.3 Imutabilidade e inerrância .....	188
4.4.4 Universalidade .....	190
4.4.5 Indelebilidade.....	195
4.5 Preceitos secundários/terciários e suas propriedades.....	197
4.5.1 Cognoscibilidade com <i>modica consideratione</i> (preceitos secundários), com <i>multa consideratio</i> (preceitos terciários) e demonstrabilidade.....	197
4.5.2 Mutabilidade (“mutações efetivas” vs. “mutações aparentes”) e variabilidade .....	200
4.5.3 Delebilidade.....	206

## 5 Fundamentos da teoria tomista das leis positivas humana e divina.... 209

5.1 Razões para se examinar as leis positivas humana e divina em conjunto.....	209
5.2 Os processos através dos quais a lei positiva humana deriva da lei natural: ao modo de conclusão ( <i>demonstratio</i> ) e ao modo de determinação ( <i>determinatio</i> ) .....	210
5.3 As incumbências da lei positiva humana no jusnaturalismo tomista: promover a justiça e assegurar a ordem social .....	215
5.4 <i>Lex naturalis</i> e <i>ius naturale</i> .....	220
5.5 Uma incursão nos terrenos das Leis Divinas Antiga e Nova a partir da solução de Tomás de Aquino para o problema da desobediência às leis injustas.....	224
5.5.1 <i>Status quaestionis</i> .....	224
5.5.2 Os preceitos das Leis Divinas Antiga e Nova, e a sua relação com a lei natural.....	228
5.5.3 “Preceitos morais absolutamente considerados”, “preceitos morais com qualificação” e o ponto de contato entre a lei natural e o conselho ( <i>consilium</i> ) .....	238
5.5.4 A solução de Tomás de Aquino para o problema da desobediência às leis injustas e a “Fórmula de Radbruch”: semelhanças e diferenças .....	241
5.5.4.1 Nossa (malograda) tese sobre as semelhanças entre as soluções de Aquino e de Radbruch para o problema da desobediência às leis injustas .....	241
5.5.4.2 A interpretação de Stephen L. Brock.....	249
5.6 Se é lícito a quem está sujeito à lei agir <i>contra legis</i> (ST I-II, q. 96, a. 6): possíveis antecedentes tomásticos da teoria da <i>defeasibility</i> , de Herbert Hart.....	251

<b>Conclusão .....</b>	<b>255</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>281</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>295</b>
<b>Anexo I: Respostas dos e-mails enviados ao Prof. Steven Jensen, da University of St. Thomas (EUA) .....</b>	<b>297</b>
<b>Anexo II: Resposta do e-mail enviado ao Prof. Steven Long, da Ave Maria University (EUA).....</b>	<b>303</b>
<b>Coleção Teoria da Lei Natural .....</b>	<b>311</b>